



LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A MIGRAÇÃO SAZONAL NO VALE DO JEQUITINHONHA – MG

Gislene Alves Dias¹
Fabiano Rosa de Magalhães²

Recebido em: 08/2021
Aprovado em: 09/2021

RESUMO

O presente trabalho consiste na apresentação de um estudo bibliográfico acerca da produção científica sobre a migração sazonal no Vale do Jequitinhonha, e os impactos causados em trabalhadores/as migrantes, buscando contemplar, especificamente, o contexto da modernização do trabalho ocorrida principalmente no setor agropecuário no contexto da fase de acumulação flexível do capitalismo. Desta forma, o estudo consiste numa revisão bibliográfica, contemplando diversas pesquisas que discutiram os impactos da migração na região do Vale do Jequitinhonha. A hipótese do estudo é considerar a migração neste contexto no Vale do Jequitinhonha como resultado de vários problemas sociais, causados pela desigualdade social, expropriação de terras e precarização do trabalho como forma de manter a mão de obra desqualificada e barata disponível para esses serviços, que é essencial para a manutenção do capitalismo. Considera-se que as transformações ocorridas no processo de acumulação do capitalismo inserem os trabalhadores rurais no próprio processo de produção do capital, dentro da esteira da produção ampliada do capital. Desta forma, o que se espera é que mudanças no perfil migratório acompanhem as próprias mudanças do capitalismo ao longo das décadas de migrações.

Palavras chaves: Camponeses. Vale do Jequitinhonha. Migração sazonal.

SURVEY OF SCIENTIFIC PRODUCTION ON SEASONAL MIGRATION IN THE JEQUITINHONHA VALLEY – MG

ABSTRACT

This paper presents a bibliographical study of the scientific production of seasonal migration in the Jequitinhonha Valley and of the impacts on migrant workers, and particularly considers the context of the modernisation of labour that has occurred in the agricultural sector as regards the flexible accumulation phase of capitalism. Thus the study consists of a review of the relevant literature, covering several studies that discuss the impacts of migration in the Jequitinhonha Valley region. The hypothesis of this study is that migration in the agricultural sector in the Jequitinhonha Valley is a result of various social problems that are caused by

¹ Graduanda em Engenharia Agrícola e Ambiental - IFNMG/Araçuaí.

² Docente no IFNMG/Araçuaí, Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG.



LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A MIGRAÇÃO SAZONAL NO VALE DO JEQUITINHONHA – MG

social inequality, land expropriation, lack of job security and precarization of labour, factors which maintain the availability of cheap, unskilled labour as essential to the perpetuation of capitalism. It concludes that the transformations that occurred as a result of capitalist accumulation incorporate rural workers in the process of capital production itself, in the wake of the expanded production of capital. In this way, changes in the migratory profile are expected as a result of changes in capitalism itself over the decades of migration.

Keywords: Peasants. Jequitinhonha Valley. Seasonal migration.



1. INTRODUÇÃO

Neste estudo serão apresentados os resultados do levantamento de produções bibliográficas acerca da migração sazonal do Vale do Jequitinhonha. Optamos por fazer o estudo qualitativo sobre a migração sazonal de trabalhadores/as desta região, especialmente por ser um fenômeno que gera muitos impactos sociais na vida e comunidades dos/as migrantes. Tais impactos estão diretamente associados, tanto à intensificação das desigualdades sociais, quanto aos processos de desenraizamento.

O Vale do Jequitinhonha é historicamente uma região de partida de muitos/as trabalhadores/as que buscam, em outras regiões, alternativas de sobreviverem e de garantir a permanência em seus locais de origem. É considerado um local exportador de mão de obra. O objetivo da pesquisa consistiu em reunir bibliografias e torná-las acessíveis para a sociedade e entidades que tenham interesse na temática.

Visibilizar a migração sazonal e seus impactos é também um instrumento para subsidiar as entidades na luta pela elaboração e execução de políticas públicas e/ou projetos que garantam vida digna aos/às migrantes e suas famílias. O trabalho foi desenvolvido a partir da construção de uma linha do tempo, partindo da década de 1960, onde a migração sazonal no Vale do Jequitinhonha foi impulsionada pelo projeto de desenvolvimento do país com base na modernização da agricultura brasileira.

2. APRESENTANDO A DELIMITAÇÃO CONCEITUAL SOBRE A MIGRAÇÃO SAZONAL

O ponto de partida das análises a que buscamos dar relevo é o processo de migração sazonal. Migrar consiste em deslocar de um espaço para outro, seja por motivos de trabalho, estudo ou outros. Do ponto de vista da duração, há uma migração do tipo definitiva, ou seja, aquela em que o migrante se desloca definitivamente para outra localidade; e a migração sazonal, ou seja, aquela em que o migrante mantém um deslocamento mais ou menos frequente entre o lugar de origem e o lugar de destino. Para Martins (1988), a migração sazonal é a que desperta as mais diversas possibilidades de análises sociológicas, já que envolve múltiplas variáveis passíveis de análise.

Quanto ao tipo de migração, ela pode ser definida pelas seguintes variáveis, de acordo com Almeida (2021): **1) espaço de deslocamento:** internacional ou migração interna. A migração interna pode ser inter-regional, onde é feito o deslocamento de uma região para outra e intrarregional, em que o deslocamento é feito dentro da mesma região; **2) duração:** a



migração permanente ou migração sazonal. A primeira ocorre quando a pessoa migra de forma definitiva, e migração temporária ou sazonal ocorre de forma periódica, normalmente envolvendo trabalhadores/as que se deslocam de seus municípios em busca de trabalho em outras regiões, e esse deslocamento geralmente coincide com os períodos de safras; e **3) processo de migração**, ou seja, se a migração ocorreu de forma espontânea ou forçada.

Para Martins (1988), existem *migrações cíclicas e migrações não-cíclicas*. Essas migrações se dão em três modalidades: as migrações cíclicas, ou migrações temporárias, que têm definido o tempo de saída e de retorno. Geralmente são combinadas com os ciclos agrícolas e seguem o ritmo a partir das estações do ano e do ciclo produtivo das culturas agrícolas. Uma segunda modalidade de migração segue o tempo do calendário agrícola do trabalhador migrante, no seu local de origem. Mas não condiz com o tempo de trabalho dominado pelo capital nas grandes cidades, na indústria e na construção civil. O tempo de trabalho é contínuo. Por fim, uma terceira modalidade são as migrações para as grandes obras, públicas ou privadas. O tempo é irregular e necessariamente não obedece a um ciclo natural.

Uma importante pesquisa sobre migração foi aquela conduzida por Silva (1988). Sua pesquisa merece ser mencionada aqui, sobretudo pela análise que toma o Vale do Jequitinhonha como foco privilegiado para se pensar a migração no Brasil. Segundo a autora,

A migração é um processo social, possuindo condicionantes sociais, políticas, econômicas, culturais que atingem os indivíduos independentemente de sua vontade. Há vários tipos de migrações: rural-rural, rural-urbana, urbana-urbana, urbana-rural (SILVA, 1988, p.10).

Segundo a autora, a migração rural-urbana, também chamada de êxodo rural, foi a mais expressiva no Brasil. Em 1940, viviam nas cidades cerca de 31 milhões de pessoas; e em 1980 o número de pessoas residindo nas cidades chegava a 81 milhões. Essa migração foi o resultado da entrada do capitalismo no campo, a partir da modernização da agricultura brasileira, da concentração de terras e das mudanças na maneira de produzir. Até a década de 1960, a dinâmica da produção baseava-se no sistema de parceria e arrendamento, de colonos, de trabalhadores que residiam nas propriedades, e no trabalho familiar de pequenos proprietários de terras. A partir da execução do projeto de desenvolvimento implantado pelo governo militar, que resultou em profundas transformações na agricultura brasileira, grandes áreas de café foram substituídas pela cana-de-açúcar, milho, soja e pecuária extensiva. Com essas transformações, houve um aumento da produção e da produtividade agrícola, porém a partir daí, surge o boia-fria, como forma de trabalho dominante, uma vez que “o colono, o diarista e o mensalista aos poucos desaparecem” (SILVA, 1988). A autora descreve o boia-fria como:



[...] um trabalhador rural, residente nas periferias das cidades ou em cidades-dormitórios, que se desloca em caminhões, peruas, ônibus ou camionetas para a área rural, diariamente, regressando às suas moradias no final do dia. Muitos deles trabalham em várias propriedades (cana, laranja, café, algodão etc.). Outros possuem emprego fixo nas Usinas. Outros não conseguem trabalho na área rural durante todo o ano, e por isso empregam-se também na área urbana, quando há esta possibilidade, como: serventes de pedreiro, empregadas domésticas, carregadores de sacos, etc (SILVA, 1988, p.10).

Não é de hoje que a migração tem se demonstrado como uma das estratégias da reprodução social de camponeses/as. No Brasil, os processos migratórios foram registrados desde os momentos mais remotos da fase colonial (MAIA, 2000).

Foi durante as décadas de 1940 e 1950 que se iniciou, de fato, a história da migração interna, marcando aí também a característica de sazonalidade, cujos aspectos buscamos dar ênfase. Neste período ocorreu um intenso fluxo migratório a nível interestadual, que aumentou consideravelmente a partir da década de 1970, como consequência do projeto de modernização da agricultura implantado neste período. Neste contexto, o estado de São Paulo se destacou como região de atração de migrantes, apresentando-se como região mais urbanizada, industrializada e com o processo de modernização no setor agrícola mais acelerado. Nota - se como a própria migração é incluída na sociedade como um dos processos de acumulação ampliada do capital. Ao contrário do Estado de São Paulo, Minas Gerais era caracterizada como uma região com alto índice de emigração. Esse fluxo foi proporcionado pelo processo de modernização da agricultura, implantado principalmente no estado de São Paulo, como forma de impulsionar a economia e inserir o país no processo de mundialização do capital (MAIA, 2000).

Para Castro (2014), a migração insere os camponeses na sociedade capitalista por duas portas: por um lado, são transformados em vendedores de força de trabalho (proletarização) para os empreendimentos agrícolas capitalistas em outras regiões mais desenvolvidas e, por outro, permite que estes camponeses sejam inseridos no mercado, como consumidores de mercadorias a partir da obtenção do dinheiro adquirido com o assalariamento. O autor analisa que esta inserção é uma inclusão perversa. Estes migrantes são submetidos a diversas situações de explorações que se iniciam desde o recrutamento no Vale do Jequitinhonha (local de origem), tais como: condições precárias de alojamento e alimentação, atrasos de pagamentos, pagamento incompatível com o trabalho realizado, altos custos de manutenção nas cidades de destino (aluguel, supermercado com preços altos), entre outros.

A migração sazonal no Vale do Jequitinhonha está presente no cotidiano de muitas famílias camponesas. Na década de 1990, estimava-se que anualmente, conforme o Serviço



Pastoral dos Migrantes (1991), aproximadamente 60.000 trabalhadores do Vale do Jequitinhonha migraram para o corte da cana-de-açúcar. Além dessa atividade, mulheres, jovens, homens e até famílias inteiras migram para trabalhar na colheita do café, maçã, uva e laranja e na construção civil em diversos estados brasileiros. Atualmente, devido à modernização no setor agrícola que vem substituindo trabalhadores/as por máquinas, houve uma mudança no fluxo migratório, orientando-se, doravante, para as regiões litorâneas para trabalhar nas praias como vendedores ambulantes, e em outras atividades de prestação de serviços. De fato, configura-se, na esteira das mudanças da chamada fase de acumulação flexível do capitalismo (ANTUNES, 2002), uma transição da migração ativada pela dinâmica do setor primário e secundário da economia, para uma migração voltada para atender à economia terciária.

Ramalho (2014, p. 65) afirma que “a migração temporária é um processo social que tende a se acirrar no capitalismo contemporâneo, por colaborar com a retomada da taxa de lucro do capital”. E esse contexto promove a fragmentação do mundo do trabalho e consequentemente a divisão de classe dos trabalhadores permanentes e temporários. A partir disso, a autora analisa que

[...]os trabalhadores migrantes temporários representam uma grande parcela de trabalhadores do setor agrícola, sendo esses trabalhadores parte da superpopulação supérflua precariamente inserida no mercado de trabalho incrementado no processo de produção, enquanto estratégia de reprodução do capital como também da força de trabalho (RAMALHO, 2014. p. 65).

José de Souza Martins (1988) afirma que migrar temporariamente não é somente deslocar de um espaço para outro. Esse processo envolve relações mais complexas, que modificam os padrões culturais, a relação com a família, a busca da própria identidade perdida nesse percurso de idas e vindas. Neste trabalho, o autor traz uma brilhante análise sociológica ao descrever o migrante temporário inserido nesse processo de migração temporária:

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que o trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir — é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessário quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

[...] o migrante temporário, ao retornar, já não é o mesmo; e, por ter que sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. O que encontra, quando retorna, já não é aquilo que deixou. Ele nem mesmo se reencontra



porque já é outro, procurando ser o mesmo. Já não pode ver o mundo da mesma maneira que o via antes (MARTINS, 1988, p.45).

Martins (1988) afirma que a migração sazonal promove o desenraizamento dos/as migrantes de suas origens.

[...] a sua migração temporária tem um efeito devastador sobre sua vida: rompe laços familiares, expressa a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica no pequeno lote agrícola, próprio ou arrendado, denuncia a exploração que inviabiliza a vida sedentária e lhe impõe a vida nômade que desmoraliza, empobrece sua vida social (MARTINS, 1988, p.6).

Para a Pastoral do Migrante, a migração sazonal faz com que todo o grupo familiar vivencie o sofrimento da ausência e da separação. Tanto os que ficam, quanto os que partem, e isso fica explícito no olhar vazio dos migrantes cortadores de cana.

A propósito da temática, e sobretudo, porque aborda as especificidades do Vale do Jequitinhonha, Silva (1999) traz o resultado de várias pesquisas realizadas de 1987 a 1990, acerca dos trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto/São Paulo. A pesquisadora faz uma análise sobre os processos de expropriação, exploração/dominação e exclusão de milhares de trabalhadores/as, especialmente do campo. A autora afirma que a migração sazonal está presente no cotidiano de muitas famílias camponesas, em que o avanço do monocultivo do eucalipto, da mineração e latifúndios expulsaram violentamente os/as camponeses/as de suas terras, ou pela expropriação ou pela restrição dos bens naturais. Esses processos de exclusão se deram em consequência de uma “modernização trágica” implantada no governo militar na década de 1960.

3. O VALE DO JEQUITINHONHA E AS RAÍZES DA MIGRAÇÃO SAZONAL

3.1. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E OS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO

Diversos autores apontam uma relação aproximada entre os processos de modernização da agricultura e os impactos na migração sazonal na região do Vale do Jequitinhonha.

A modernização da agricultura foi uma das principais estratégias do projeto de desenvolvimento do país, implantado no governo militar. Esse processo teve como principal objetivo o “aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho” (MESQUITA, 2008, p 135), a partir da utilização da tecnologia para os processos produtivos e o emprego mínimo de mão de obra. Esse modelo de desenvolvimento implantado gerou a concentração de capital e de terra e a exclusão de camponeses/as e de trabalhadores (MESQUITA, 2008).



Segundo Fischer (1992), as transformações mais significativas na agricultura brasileira tiveram início na década de 1950 e se intensificaram a partir da década de 1960. Nesse período, o governo militar iniciou a implantação do projeto de desenvolvimento da agricultura brasileira e, apesar de não ter sido tão relevante, no mesmo período foi implantado no Brasil o programa “Revolução verde”, que consistia num “pacote tecnológico produzido e disseminado através de mecanismos de cooperação internacional com os Estados Unidos” (FISCHER, 1992, p.111), como forma de aumentar e otimizar a produtividade agrícola, a partir do uso de sementes melhoradas, uso intensivo de máquinas, agrotóxicos e fertilizantes, aliados a novas técnicas de plantio e manejo e com amplo incentivo a pesquisas.

Neste contexto desenvolvimentista foi disseminado um embate ideológico com o objetivo de que o desenvolvimento defendido levaria o Brasil a ser um país moderno (MESQUITA, 2008, p.136). Segundo a autora, havia um processo artificial de valorização do urbano e a desvalorização do roceiro e da roça, ofuscado pelo “fascínio urbano” (MESQUITA, 2008, p.136). Em consonância com as análises dessa autora, Silva afirma que,

No Brasil, o debate da modernização identificada à industrialização já vinha ocorrendo desde os anos 50, quando a dicotomia dos dois Brasis acirrou-se em torno do velho, arcaico, atrasado, identificados ao rural, e do novo, desenvolvido, industrializado, identificados ao urbano. Portanto, a implantação do regime militar representou a vitória da tese da modernização. Uma das primeiras medidas jurídicas desse período foi a criação do Estatuto da Terra pela Lei n.4.504 (de 30.11.1964), por intermédio da qual visava-se, prioritariamente, à modernização do campo por meio do aumento da produção e produtividade (SILVA, 1999, p 35).

Neste sentido, ambas confirmam que o Brasil optou pelo caminho de ser um país moderno, evoluído, que se utilizou das inovações, principalmente da agricultura.

Para Mesquita (2008), a agricultura se tornou subordinada ao processo industrial e o processo desenvolvimentista se expandiu no campo fortalecido principalmente pelo Estatuto da Terra, criado em 1964, “que previu a transformação das unidades agrícolas em empresas rurais”. O Estatuto foi um instrumento utilizado para “fortalecer e legitimar o poder dos empresários rurais” (MESQUITA, 2008, p. 136), além de melhorar a sua articulação, tornando-a muito eficiente, por garantir a articulação dos processos produtivos e viabilizar a expansão dos latifúndios. Segundo a autora, esses mecanismos foram essenciais para viabilizar a opção de um projeto excludente; “o Estatuto da Terra vinha para burocraticamente viabilizar a modernização da agricultura e reprimir as lutas dos trabalhadores” (MESQUITA, 2008, p. 137).

Para Mera (2016), o Estatuto da Terra foi em parte, somado a outros fatores, responsável pelo processo migratório, pois “desestimulou o vínculo empregatício e criou



incentivos adicionais para que a mecanização, já apoiada por outras medidas de política agrícola, se tornasse ainda mais intensa” (MERA, 2016, p.455). Segundo a autora, mecanizar as lavouras era mais viável que aumentar os custos com mão-de-obra e evitaria complicações trabalhistas na contratação de trabalhadores, que na sua maioria eram sazonais.

Segundo Martine (1991), no período de 1965 a 1979, o setor agrícola passou por transformações radicais a partir da sua integração com o setor industrial. Dessa forma, todo o ciclo produtivo foi alterado, incluindo a base da produção, a composição das culturas e os processos de produção. Esse processo de modernização acentuou a concentração fundiária e intensificou o êxodo rural. Cerca de 30 milhões de pessoas migraram da zona rural para as cidades entre os anos 1960 e 1980, reduzindo drasticamente a população rural.

Na década de 1970, a expansão do cultivo da soja contribuiu no “equilíbrio da balança de pagamentos do país” durante a crise do petróleo. No mesmo período, houve grande expansão na produção da cana de açúcar, principalmente para a produção de combustível, conforme Mesquita (2008).

[...] houve um avanço também nas lavouras de cana-de-açúcar para a produção de combustível alternativo, e esses cultivos, altamente capitalizados e multiplicadores de capital, se expandiram pelas regiões centrais do país, em substituição a cultivos tradicionais ou mesmo ocupando áreas de cerrados, incorporando essas novas terras ao processo capitalista, modificando ecossistemas, destruindo veredas, contaminando mananciais, erodindo longas extensões de solos, e alterando completamente as paisagens com os “mares de soja (MESQUITA, 2008, p.135).

A expansão na exploração da cultura da cana-de-açúcar foi impulsionada pelo programa Proálcool, criado em 1975 com o objetivo de aumentar a produção de álcool (FISCHER, 1992). Para Ramalho (2014), o Proálcool teve papel determinante para impulsionar o processo de mecanização nos processos produtivos da cana de açúcar, causando impactos diretos sobre a migração de trabalhadores/trabalhadoras rurais para as regiões ligadas à produção agroindustrial.

Para Mesquita (2008), “a expansão territorial da modernização se fez em ondas concêntricas a partir do Centro-Sul” (MESQUITA, 2008, p.135), impactou de forma diferenciada as classes sociais, resultando em processos migratórios, e atingiu especialmente os posseiros, empregados e pequenos proprietários. Estes ficaram às margens do processo produtivo no contexto de modernização.

Mera (2016) afirma que o processo de modernização da agricultura teve grande responsabilidade na alteração da fisionomia do meio rural e urbano, tanto no número da população, quanto nas relações de trabalho, isso, assim como “a adoção de uma política salarial diferenciada entre as regiões do país, de acordo com o seu grau de desenvolvimento”,



foi um fenômeno que intensificou as migrações de áreas rurais para áreas urbanas, “principalmente quando o trabalhador urbano passa a ter salário-mínimo, estabilidade e seguridade social” (MERA, 2016, p. 455).

3.2. MODERNIZAÇÃO: a máquina do descarte

O Serviço Pastoral do Migrante (1991) afirma que no início da implantação do Proálcool houve grande demanda de mão de obra, principalmente para a colheita da cana-de-açúcar. Muitos/as trabalhadores/as foram contratados pelas usinas neste período, porém, como a modernização das usinas era uma das principais estratégias para o aumento da produtividade, foi necessária a contratação de mão de obra mais qualificada e que atendesse às tecnologias aplicadas. Com essas exigências, houve grande redução na contratação de trabalhadores temporários. Trabalhadores/as foram substituídos gradativamente por máquinas.

Silva (1999) afirma que no ano de 1994, 9706 trabalhadores foram substituídos por máquinas na produção da cana-de-açúcar. E havia uma estimativa que no ano 2000 este número passaria para 24.482 trabalhadores desempregados. Segundo a autora o desemprego deste setor desencadeado pelos processos de modernização vem ocorrendo desde o início da década de 1990.

Conforme a Pastoral do Migrante/Guariba (2003), a introdução de máquinas no ciclo produtivo da cana-de-açúcar, além de provocar altos índices de desemprego, intensificou a exploração a partir de novas exigências ao trabalho manual. Com isso, os/as migrantes temporários(as) ficaram mais vulneráveis à dominação dos aliciadores e da exploração do capital, “restando-lhes o café feito com o açúcar amargo do suor e a fuligem que ficam impregnados juntos ao melaço nos seus corpos” (PASTORAL DO MIGRANTE, 2003, p 31).

Silva e Mello (2009) afirmam que nesse processo de modernização os trabalhadores são os principais impactados, pois muitos são descartados, outros são empregados com salários baixos, além de serem submetidos a jornadas exaustivas, trabalhos degradantes, e muitas vezes sem direitos trabalhistas. Além disso, cria-se um grande número de trabalhadores itinerantes em busca de emprego. Com isso, Silva (1999), citando Santos (1991), afirma que com o descarte desses trabalhadores ocorre

[...] um segundo processo de acumulação primitiva destes proletários. No primeiro momento, arrancaram-lhes a roça de subsistência, a morada, a posse, as chapadas, as grotas. Agora, arrancam-lhes o único elemento restante, a capacidade para o trabalho. Com isso, negam-lhes a condição humana, dilaceram-lhes a cidadania (SANTOS, 1991, apud SILVA, 1999, p.312).



Segundo Silva (1999), nas últimas décadas, a lista de denúncias de trabalho escravo no Brasil é muito grande. Muitos migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha e Bahia, que não conseguiram trabalho nas usinas e fazendas em São Paulo, dirigiram-se às destilarias em Mato Grosso do Sul, onde vivenciaram a escravidão.

3.3. PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA E OS IMPACTOS SOBRE OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Logo após a decadência da mineração do ouro no século XIX, a população pobre do Vale do Jequitinhonha, constituída por mestiços descendentes de indígenas, brancos e negros, por quilombolas ou alforriados, espalhou-se pela área rural, utilizando as grotas e chapadas como meio de sobrevivência e reprodução social e econômica (SILVA, 1999).

Graziano e Graziano Neto (1983) utilizaram o termo “complexo chapadas-grotas” para definir as áreas utilizadas pelos camponeses como forma de apropriação da terra para a reprodução do modo de vida. As chapadas, definidas pelos autores como “montanhas, à semelhança de pequenos planaltos, conformam com suas variadas altitudes planos elevados de vegetação típica de cerrado” (Ibid, p.88), sem recursos hídricos na superfície, e eram utilizadas de forma coletiva para a caça, extração de madeira, plantas medicinais e frutas. As grotas eram os vales, “também de variada inclinação e profundidade contendo uma infinidade de riachos e rios” (Ibidem, p. 88), eram usados de forma privada, onde eram construídas as casas de morada e as roças, onde se desenvolvia a produção agrícola.

Segundo os autores, esse complexo chapada-grota é um elemento central para a reprodução camponesa do Vale do Jequitinhonha, uma vez que "conduzem a uma situação favorável à manutenção e crescimento da forma de organização camponesa” (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983. p.91).

Segundo Mattos (2001), o Vale do Jequitinhonha passou por várias transformações, a partir da década de 1950, aliadas às ações de desenvolvimento do país. A implantação dos projetos de desenvolvimento tinha como propósito levar o progresso à região, inserindo-a num processo de integração ao mercado de âmbito nacional. Nessa década, com a justificativa de buscar resolver os problemas socioeconômicos existentes na região, o Estado criou o Grupo de Trabalho para a Pecuária, que tinha como principal objetivo fazer estudos e levantamentos sobre a realidade socioeconômica do Vale do Jequitinhonha. Com estes estudos, foram propostas algumas medidas:

Construção e melhoria de estradas e de meios de comunicação e transporte, instalação de postos agropecuários para assistência técnica, estudos para a instalação



LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A MIGRAÇÃO SAZONAL NO VALE DO JEQUITINHONHA – MG

de um frigorífico na região, construções de estações de tratamento de água, estudos para a construção de hidroelétricas e desenvolvimento do crédito agropecuário (MATTOS, 2001, p.50).

Além disso, foi criado no ano de 1960 o Grupo de Trabalho do Vale do Jequitinhonha, que tinha como função “estudar a economia da região e propor as condições específicas de seu desenvolvimento” (JARDIM BRANDÃO, 1974 apud MATTOS, 2001, p. 51). A falta de recursos financeiros impediu que o grupo obtivesse êxito na região. Em 1964 foi criada a Codevale (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha), a partir de uma Emenda apresentada à Constituição Estadual (Emenda n.9 de 27/02/64). O programa “seguia o modelo americano de agências de desenvolvimento regional” (MATTOS, 2001, p.51), que se propunha “a elaborar e executar pelo prazo de vinte anos o plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha Mineiro” (JARDIM BRANDÃO, 1974 apud MATTOS, 2001, p.51). Até o ano de 1973, a Codevale só trabalhou com ações voltadas aos municípios que integravam a região do Vale, “nas áreas de saúde, educação, assistência técnica, agropecuária, artesanato e principalmente na eletrificação de muitas cidades da região”, e a partir de 1974 e 1975 passou a atuar dentro dos projetos de desenvolvimento que atendiam a um planejamento global. A Codevale atraiu grandes companhias para o Vale, como forma de ter apoio financeiro para promover o desenvolvimento da região em troca de facilidades a essas companhias (MATTOS, 2001; SERVILHA, 2015).

Além desses órgãos, várias medidas governamentais foram tomadas para inserir o Vale do Jequitinhonha neste processo desenvolvimentista do país na década de 1960. Inicialmente, foi feita a abertura da estrada rodagem (MG-2) e a pavimentação da Rodovia Rio-Bahia como forma de tornar a região mais acessível. E a partir de 1970 foram criados a Ruralminas, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), DER (Departamento de Estradas e Rodagens...), COPASA (Companhia de saneamento de Minas Gerais), DAE/CEMIG (Companhia energética de Minas Gerais), IESA (Instituto Estadual de Saúde Animal), entre outros, que tinham como objetivo implantar infraestrutura viária, de energia e comunicação e seriam importantes para garantir as ações de desenvolvimento na região (MAIA, 2000).

É importante destacar o papel da RURAL MINAS e da CODEVALE nesse processo de “desenvolvimento” do Vale do Jequitinhonha. A Rural Minas foi criada em conformidade com o Estatuto da Terra com o objetivo de representar o Estado na legitimação da propriedade e na discriminação de terras públicas dominiais e devolutas, ou seja, era responsável pela regulamentação dos projetos de colonização e desenvolvimento rural do Estado de Minas



Gerais. Uma das primeiras ações da agência foi classificar as chapadas como áreas devolutas e facilitar que empresas privadas e estatais se apropriassem dessas áreas para a implantação de grandes projetos (SILVA, 1999).

Graziano e Graziano Neto (1983) descrevem os meios de vida da população do Vale nesta época da seguinte forma: “a alimentação sadia, a água farta, o lazer social, as festas religiosas, a propriedade de meios de produção essenciais configuravam um modo de vida estável e relativamente rico, social e materialmente” (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983, p.87). Os autores afirmam que apesar de toda essa riqueza existente no Vale do Jequitinhonha, o governo caracterizou a região como o "Vale da Morte", de "pobreza absoluta", “Vale da Miséria”. Utilizou-se desse estigma de pobreza, criado a partir de estudos e levantamentos de agências estatais, como justificativa ideológica para a implantação de projetos de desenvolvimento econômico-social, para a entrada de empresas capitalistas amplamente subsidiadas com recursos dos governos estadual e federal.

De acordo com Maia (2000), as ações do Estado impulsionaram e subsidiaram a implantação de grandes projetos no Vale do Jequitinhonha, especialmente o monocultivo do eucalipto, que recebeu “vultosos incentivos fiscais e estrutura básica” e teve a intervenção da Rural Minas na determinação das áreas de reflorestamento. A autora afirma que a bovinocultura de corte, o reflorestamento e a cafeicultura tiveram grande impacto no processo de transformação da estrutura agrária e na economia da região. A expansão da bovinocultura de corte se deu através de incentivos fiscais e assistência técnica a partir da instalação do IESA – e da EMATER, a qual expropriou terras de camponeses que não tinham o título da terra e transformou “as terras de trabalho em terras de gado”. As atividades reflorestadoras foram implantadas em meio a muitos conflitos pela posse da terra, de modo que

O processo de expropriação do campesinato, a destruição das matas naturais e a implantação de culturas de exportação ou de florestas homogêneas de eucalipto, constituem-se no "progresso e desenvolvimento econômico" que chega ao Vale, alterando radicalmente as estruturas e formas de organização socioeconômicas existentes (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983, p. 87).

Para Silva (1999), “a expropriação de camponeses no Vale do Jequitinhonha “visou à terra e à sua transformação em propriedade capitalista”, diferentemente de outras regiões, como São Paulo, onde a expropriação “visou às relações de trabalho e às condições de subsistência dos trabalhadores (a expropriação visou à subsistência?)” (SILVA, 1999, p.76).

Como resultado desse processo de expropriação, Mattos (2001) afirma que os grandes projetos agravaram os problemas do Vale. Causaram o empobrecimento do pequeno produtor e a evasão do campo. Com isso, Servilha (2008) analisa que esses programas contribuíram na



verdade para a expulsão e invasão de terras camponesas pelas grandes empresas e fazendeiros, uma vez que “as terras no Vale passaram a ser extremamente valorizadas e cada vez mais inacessíveis aos camponeses, principalmente a partir do processo de modernização da agricultura na região” (MAIA, 2000, p.42). Em resumo, a modernização combinada com os processos de expropriação impossibilitou a sobrevivência de muitos/as camponeses/as, aumentando os fluxos migratórios para outras regiões (SILVA, 1999).

Mattos (2001) afirma que, neste processo de modernização da região, a melhoria e ampliação do transporte favoreceu a integração do Vale e de outras regiões ao mercado capitalista. Além disso, facilitou que os produtos regionais se integrassem a outros mercados mais amplos e distantes. Segundo a autora, essa inserção não aconteceu de forma homogênea, uma vez que

[...] os produtos agrícolas foram desvalorizados, ao se depararem no mercado com produtos de outras regiões, onde o processo de modernização agrícola já havia iniciado. A expansão tanto reduziu o valor quanto o espaço de comercialização dos produtos tradicionais da região, principalmente, o milho, a rapadura, o feijão e a mandioca, além de significar a introdução de novos itens de consumo, tanto para unidades produtoras (como, por exemplo, as ferramentas e insumos agrícolas) quanto para a unidade familiar (macarrão, roupa, rádio de pilha) (MATTOS, 2001, p.49).

Para Mattos (2001), com esta expansão do mercado, os produtores da região que antes garantiam a reprodução a partir da produção agrícola tiveram os espaços de comercialização reduzidos e foram inseridos num processo de dependência monetária, para garantir as novas necessidades de consumo. “Isso significou o direcionamento dos pequenos produtores para o assalariamento temporário” (MATTOS, 2001, p.50). Graziano e Graziano Neto (1983) afirmam que, com a implantação dos projetos de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha, os camponeses tiveram suas vidas deterioradas, como resultado da perda de seus meios de produção e de vida; segundo os autores, “em nome do ‘progresso’ a miséria social começa a ser implantada no Vale”. Com isso, Gebara *et al.* (2019) reforçam a análise de Mattos, quando afirma que o avanço do capitalismo na região provocou a entrada desses camponeses expropriados no circuito do mercado de produtos e monetário. Passaram a ter que dispor de recursos financeiros para adquirir produtos e/ou serviços que antes produziam em suas propriedades.

Castro (2014) analisa que a implantação do monocultivo de eucalipto na região resultou na expropriação de parte das terras e no rompimento do Complexo Grota-Chapada, alterando os meios de vida dos camponeses, e que, a partir desse processo de modernização na região do Vale do Jequitinhonha, os camponeses viram os seus meios de vida serem



modificados, em que “o ‘outro mundo’ que chega confronta o ‘mundo do camponês’; confronta seus valores e as regras que regem suas relações sociais, suas relações de produção e, principalmente, a sua relação com a terra” (Idem, p.41). Com isso, o autor afirma que:

a “chegada do estranho”, o processo de desenraizamento e a inclusão na sociedade capitalista provocaram mudanças estruturais naquela sociedade ao romperem o complexo grota-chapada e imputaram-lhes novas relações e regras sociais que não encontravam ressonância em sua visão de mundo, inviabilizando a forma como aquele grupo social organizava-se em todas as dimensões da vida social. (CASTRO, 2014. p 43).

Segundo Mattos (2001), entre os anos de 1972 e 1985, foram plantados mais de 420 mil hectares de eucalipto nas terras no Vale, o que ocasionou o esmagamento da vegetação nativa e iniciou processos de rupturas profundas no ambiente natural e transformações sociais importantes na reprodução da vida camponesa.

Neste contexto, Silva (1988) aponta que, além da invasão do eucalipto, os camponeses “viram a chegada da cerca, assistiram à destruição das chapadas pelas queimadas, viram morrer seus animais de caça, as madeiras, as árvores frutíferas, as raízes e folhas utilizadas como remédio” (SILVA, 1988, p.37).

Para Maia (2000),

As mudanças econômicas imputadas na região em relação ao modo de apropriação e uso da terra e a integração da economia camponesa numa economia de mercado, resultaram a espoliação das terras camponesas e a transformação de relações costumeiramente codificadas de ocupação da terra e de trabalho – como a meiação, agregação, parceria e arrendamento – que por sua vez são intensificadores do processo de migração do Vale (MAIA, 2000, p 56).

Neste sentido, Silva (2016) afirma que a ocupação das chapadas e a expropriação das terras dos camponeses “produziram uma massa de camponeses desenraizados da terra, das condições objetivas de trabalho e das condições sociais de vida”, formando um contingente de “retirantes definitivos ou temporários” (SILVA, 2016, p.162).

Para Souza e Moreira (2017), o Estado teve grande responsabilidade e contribuiu para a expropriação de camponeses de suas propriedades e de seu modo de vida.

A intervenção do Estado ocultou um processo de violência no qual uma grande leva de camponeses perdeu a posse das terras, dos meios de trabalho e de reprodução, os vínculos comunitários e a própria identidade camponesa. Foram obrigados a assumir um novo modo de vida totalmente subordinado à lógica da “modernização” em curso no país. De forma paulatina, foram transformados em população sobrando, em desempregados, em peões-do-trecho, em andarilhos. Além disso, engrossaram o exército industrial de reserva, somando-se à oferta de mão de obra excedente nas cidades, reforçando o mecanismo central de rebaixamento dos salários pelo capital (SOUZA e MOREIRA, 2017, p. 115).

Todas as análises trazidas pelos/as autores/as desvelam os reais propósitos do objetivo do programa de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. De acordo com tais análises, o



programa provocou a concentração de terras, aumento dos conflitos agrários e empobrecimento da população rural. Mattos (2001) analisa que,

Tão logo a região foi eletrificada e, à medida que as grandes companhias foram comprando as terras e as máquinas foram chegando, a população, então predominantemente rural, começou a se deslocar para as cidades, migrando não mais apenas para as cidades do Sul, mas para as cidades do próprio Vale. Em torno destas cidades centenárias, com uma organização social, costumes e valores bem definidos, foram crescendo as favelas, o que intensificou a pobreza (MATTOS, 2001, p.173).

Em resumo, Silva (2016) aponta que a intervenção do Estado referente ao processo de desenvolvimento implantado no Vale do Jequitinhonha provocou grandes mudanças na estrutura econômica e social: 1) Ocupação das chapadas (transformadas em terras devolutas) pelas empresas reflorestadoras; 2) Concentração da propriedade de terras através de incentivos à pecuária e cafeicultura; 3) Mudanças nas relações de trabalho no interior das fazendas; 4) Definhamento dos pequenos posseiros e proprietários das grotas e veredas; 5) Êxodo rural e emigração para outras regiões do país; 6) Aumento das migrações temporárias, principalmente para a região agrícola de Ribeirão Preto, São Paulo (Idem, p. 162).

Tal análise está em consonância com Castro (2014), para quem o Estado não tinha interesse de garantir a melhoria de vida para os camponeses do Vale do Jequitinhonha, e, sim, “de transformar as antigas relações sociais estabelecidas, a visão tradicional na relação com a terra e na organização da produção dos bens necessários à reprodução social” (CASTRO, 2014, p. 38).

3.4. A MIGRAÇÃO SAZONAL NO VALE DO JEQUITINHONHA

Vários autores afirmam que a migração no Vale do Jequitinhonha ocorre há muitos anos. Segundo Ribeiro e Gallizoni (2000), a migração sazonal no Vale do Jequitinhonha começou no final do século XIX, com destino para trabalho nas “matas do mucuri” e “mata de Ponte Nova”, atual Zona da Mata mineira”. Segundo os autores, grupos grandes de trabalhadores iam trabalhar na colheita do café nessa região, e essa modalidade de migração substituiu o trabalho escravo pelo trabalho livre no Vale do Jequitinhonha naquela época.

A migração era feita de forma espontânea, de acordo com a necessidade (SILVA, 1988). Nos anos de 1937 a 1939, um longo período de estiagem forçou muitos homens “chefes de família” a migrar para o interior de São Paulo e Mato Grosso em busca de sobreviverem aos impactos causados pela seca na região (CASTRO, 2014).

Silva (2016) analisa a migração no Vale do Jequitinhonha em dois períodos. No primeiro período, que antecede o ano de 1970, a migração era feita esporadicamente pelos



pais (chefes de família). As mulheres e filhos permaneciam na terra como estratégia de permanência, conservação e da reprodução social e econômica da unidade familiar. Essa migração acontecia como forma de complementar a renda gerada a partir da produção nas terras comuns. O segundo período ocorreu a partir do ano de 1970, em que a expropriação das chapadas e as relações capitalistas nas fazendas coincidiram com o Programa Proálcool e a modernização das relações de trabalho nas fazendas cafeeiras na região de Ribeirão Preto - São Paulo. Nesse período criou-se um universo de migração temporária no Vale, abrangendo homens adultos, jovens, mulheres (casadas e solteiras), até mesmo famílias inteiras. O período supracitado foi marcado pelo rompimento da unidade familiar, uma vez que a migração era feita por ambos os componentes da família, não se restringindo apenas ao pai provedor da família. Neste contexto, aprofunda-se o processo de individualização do trabalho.

A migração sazonal no Vale do Jequitinhonha se intensificou a partir das décadas de 1960/1970, em consequência das mudanças ocorridas com a implantação de projetos de desenvolvimento no país, principalmente com a modernização da agricultura, o que impactou diretamente os/as camponeses/as da região (SILVA, 1999; MARTINS, 1988), conforme citado anteriormente.

Segundo Silva (1988), o monocultivo do eucalipto provocou um desequilíbrio natural, o que agravou os períodos de seca e contribuiu no secamento das nascentes e rios. Além de agravar a miséria e fome na região. A autora afirma que mais de duzentos mil pessoas se deslocaram de forma definitiva do Vale do Jequitinhonha e,

Para a grande maioria dos que ficaram, sobrou a sorte da migração temporária, principalmente para o estado de São Paulo, para a região agrícola de Ribeirão Preto. Para estes, o viver transformou-se num voo forçado de andorinhas, num vôo perigoso, numa travessia... um viver perigoso, onde ficar no Vale significa sair dele e vir para São Paulo (SILVA, 1988, p.37).

O Vale do Jequitinhonha é caracterizado por um intenso fluxo migratório. Os municípios com maior expressão na migração sazonal são: Araçuaí, Itaobim, Berilo, Virgem da Lapa, Chapada do Norte, Minas Novas, Turmalina e Francisco Badaró. A maioria dos/as migrantes desses municípios residem na zona rural, normalmente na condição de pequeno produtor de subsistência. Além disso, produzem em pequena escala devido às limitações financeiras, à má distribuição de chuvas durante o ano e muitas vezes ao esgotamento das terras que possuem, além de utilizarem técnicas rudimentares de produção. O excedente da produção é comercializada e garante a compra de alguns produtos industrializados. A renda obtida da produção agrícola não é suficiente para acumular recursos financeiros (GEBARA *et al.*, 2019).



A migração, como venda da força de trabalho, ocorre no período vinculado ao ciclo agrícola (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983). Segundo Martins (1988), os calendários agrícolas das regiões de origem dos trabalhadores não coincidem com os calendários agrícolas das regiões de destino (local de trabalho). Nesse sentido, destaca que o ciclo da cana-de-açúcar invade o ciclo agrícola do Vale do Jequitinhonha e de outras regiões de origem desses trabalhadores. Os trabalhadores, geralmente os pais de família e os filhos mais novos, migravam e migram na entressafra agrícola da sua produção em busca de trabalho em regiões mais desenvolvidas (GRAZIANO & GRAZIANO NETO, 1983).

Numa perspectiva de descrever quem são esses migrantes temporários, Martins (1988) descreve sete tipos diferentes. Destes, é possível definir os migrantes do Vale do Jequitinhonha como:

Trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra de suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões. São, geralmente, pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros ou foreiros. É o que ocorre com os pequenos produtores do Agreste pernambucano e da região nordeste de Minas Gerais.

Trabalhadores rurais que migram temporariamente para as cidades em busca de trabalho na indústria, na construção civil ou no setor de serviços, como os que, da Bahia e outros pontos do Nordeste e de Minas Gerais, vão trabalhar na cidade de São Paulo, em Belo Horizonte ou no Rio de Janeiro” (MARTINS, 1988, p.47).

Silva (1988) afirma que para alguns trabalhadores a migração dura cerca de 4 a 6 meses e, para outros, chega a 8 meses. Esse processo é determinado como migração temporária rural-rural, caracterizada pela migração circular, na qual eles se mantêm em um círculo migratório, migram e retornam para o local de origem. Essa modalidade de migração ocorre pois a maioria dos trabalhadores migrantes são camponeses e possuem terras, buscando assim empregos assalariados como garantia de permanência e sobrevivência em sua terra de origem. Segundo Martins, “a necessidade da migração é resultado de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em consequência do cerco que o capital lhe impõe” (MARTINS, 1988, p.52).

Gebara *et al.* (2019) afirma que a necessidade de ganhar dinheiro é o principal motivo para os trabalhadores migrarem. A migração é uma forma de complementar a renda e viabilizar as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade e garantir a permanência na terra, como também afirmam Graziano e Graziano Neto (1983), Gebara *et al.* (2019) e Silva (1999).

Ao estudar a Comunidade Tabuleiro Grande, no município de Francisco Badaró, Castro (2014) confirma a afirmação acima, destacando que há uma estreita relação entre a



migração sazonal e a busca por trabalho. Segundo o autor, a necessidade do dinheiro se torna algo imprescindível para o cotidiano da família, inclusive para manter as atividades agrícolas. Afirma ainda que “o fator econômico é posto em evidência para justificar as ausências”, pois a migração não é algo desejado e sim “fruto de processos sociais, culturais, econômicos e políticos” (CASTRO, 2014, p.82, 83).

Segundo a Repórter Brasil (2014), muitos trabalhadores e trabalhadoras enfrentam a pobreza e a falta de oportunidades no local de origem e são obrigados a migrar em busca da sobrevivência. Essa situação torna os/as migrantes mais vulneráveis ao aliciamento e, em consequência dessa migração forçada, se submetem a situações degradantes, insalubres e indignas; jornadas exaustivas de trabalho, além de muitas vezes viverem em situação análoga à de escravidão.

Os migrantes exibem a contradição mais flagrante de nossa sociedade: ao mesmo tempo em que o mercado exige a compra de mão de obra disponível e barata, impede aos trabalhadores migrantes e suas famílias o acesso aos direitos fundamentais de todo cidadão (PASTORAL DO MIGRANTE. Dossiê: 2001 - 2003, p.7).

Essa negação de direitos fica mais explícita quando entendemos que a migração sazonal é uma das consequências das desigualdades sociais, da falta de acesso a políticas públicas e da ação do Estado em proteger a elite econômica.

Reis (2018) traz, a partir de seu estudo sobre o adoecimento dos cortadores de cana oriundos do Vale do Jequitinhonha, uma realidade vivenciada por muitos migrantes que vão para a colheita da cana de açúcar. O serviço nesta atividade é muito penoso e exige muita força física. O salário dos trabalhadores é relativo a sua produção, ou seja, esses/as trabalhadores/as precisam cortar o máximo de cana que puderem, para garantir o salário. Segundo Reis (2018),

O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e aumento das jornadas de trabalho, uma vez que para garantir maiores ganhos os trabalhadores se submetem a altos níveis de esforço laboral físico. O trabalho por rojão, sem parar para almoçar, era uma prática comum para aumentar a produção (REIS, 2018, p.63).

Neste caso, segundo a autora, o trabalhador é levado a acreditar que o salário é o resultado do seu esforço, da sua capacidade física. O ganho por produção obriga os trabalhadores a otimizarem o tempo da melhor forma possível. Então, a tentativa de alcançar maior produtividade muitas vezes leva ao adoecimento desses cortadores de cana, e neste caso,

[...] esse adoecimento os reposiciona no espaço social, uma vez que o sentido simbólico de vencer a safra é permanentemente impossibilitado. Se um cortador de cana tem uma safra ruim, pode no ano seguinte melhorar seu desempenho. Quando



adoece e perde sua capacidade laboral, isso é impossível. O trabalho por produção oferece às usinas altos níveis de produtividade e, aos trabalhadores, o desgaste de seus corpos e perda precoce da capacidade laboral (REIS, 2018, p.65).

A autora traz relatos de uma psicóloga entrevistada, que afirma que as condições desumanas de trabalho são reclamações constantes de ex-cortadores de cana e que isso tem grande influência na saúde mental deles. A pressão para ser produtivo no trabalho gera um estresse mental, que afeta o psicológico dos trabalhadores. Esse fator, geralmente, contribui que esses trabalhadores cometam o abuso de drogas. Cabe citar que o uso de álcool e drogas ilícitas se faz constante, como forma de amenizar as dores físicas, causadas pelo esforço excessivo.

Quando o trabalhador adoece ou não consegue mais atingir a produtividade, ele é descartado pela usina: “esse sujeito não pode mais trabalhar e ainda tem que lidar com uma série de consequências do uso excessivo dessas substâncias” (REIS, 2018, p 71). A autora traz em seu estudo vários relatos de ex-cortadores que convivem com doenças psíquicas agravadas pelo excessivo uso de *crack* e álcool.

Além disso, a partir dos relatos, das experiências apresentadas por Reis (2018), esses migrantes quando retornam adoecidos, retornam também sem identidade, sem direitos, sem dignidade.

Perder a capacidade laboral se torna uma vergonha, pois o corpo aceito socialmente é o corpo produtivo e não cumprir essa demanda representa uma vergonha. Cabe aos cortadores de cana (sobre)viver com as agruras que trouxeram dos canaviais: incapacidade laboral, dores cotidianas, estigma. Quando o homem não pode mais trabalhar, grande parte de sua vida social é ceifada, até mesmo pelo estigma e marginalização que pode sofrer por sua condição (REIS, 2018, p.79).

Quando retornam nesta situação, esses migrantes iniciam um processo pela busca de auxílios e da aposentadoria, que em muitos casos são negados. Recai sobre as mulheres o cuidado dos homens adoecidos, inclusive na busca pelos direitos previdenciários e/ou socioassistenciais e no acompanhamento no tratamento médico (REIS, 2018).

3.5. MULHERES E MIGRAÇÃO SAZONAL

Vários estudos apontam que as mulheres que vivenciam os processos da migração sazonal têm fundamental importância para a manutenção da reprodução social camponesa. Para Silva (1988) a terra na vida dos camponeses não se limita somente ao trabalho. A terra está relacionada à espiritualidade, à cultura, aos aspectos sociais. Há uma relação muito íntima dos camponeses com a terra. Neste sentido, a permanência das mulheres nos locais de origem dos migrantes é uma estratégia de permanência da família na propriedade e resistência



à proletarização do grupo familiar. A migração sazonal é realizada inicialmente pelos maridos e filhos. A inserção das mulheres na migração para outras regiões “significa o início de um processo de abandono da terra, pois esta já não garante mais as possibilidades de subsistência. Este momento representa o último esforço de resistência à proletarização definitiva” (SILVA, 1988, p. 13).

Silveira (2012) evidencia dois momentos de ausência vivenciados pelas mulheres no processo da migração. Quando crianças, elas vivenciam a ausência dos pais. E, quando adultas, vivem com a ausência dos companheiros/maridos e filhos. Além disso, segundo a autora, a migração sazonal provoca muitas consequências para as famílias dos migrantes. Além da reorganização das funções no processo da produção agrícola, a migração influencia de forma negativa a formação e educação dos filhos. Reis (2018) afirma que o processo migratório promove uma ruptura nas relações afetivas entre pais e filhos. Há muitos relatos de trabalhadores migrantes que quando retornam à sua casa (local de origem), os filhos os tratam como estranhos. Isso se dá pela ausência recorrente ao longo do ano.

As mulheres, quando os maridos e os filhos mais velhos se deslocam para outras regiões, ficam responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos mais novos. Também são responsáveis pelo cultivo da roça, das hortas, dos animais e da organização da família (MAIA, 2000; REIS, 2018).

Quando os homens retornam adoecidos, Reis (2018) afirma que as mulheres precisam reorganizar as suas vidas, assumem mais uma função dentro da família. “Os papéis de gênero são reorganizados num novo cotidiano, em que há, por um lado, a desconstrução da masculinidade, o homem agora passa a depender da mulher, por outro, o reforço da função cuidadora da mulher” (REIS, 2018, p.157).

A partir dos estudos, é possível analisar que as mulheres são as mais impactadas nesse processo da migração forçada. Recai sobre elas a responsabilidade de manter a estrutura familiar, produtiva e social. São vítimas de vários tipos de violência. Violência que neste processo é silenciada, invisibilizada e/ou naturalizada.

Neste trabalho identificamos pesquisas sobre a relação da migração sazonal com as relações de gênero, dentre elas, cabe destacar os estudos de: Silveira (2012); Maia (2000); Silva (1988); Reis (2017; 2018). Tais trabalhos trazem reflexões sobre a mulher que é atingida direta e indiretamente pelos resultados da migração sazonal, além de analisar a relação dessas mulheres com a terra, o trabalho e a família.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento bibliográfico foi possível analisar que a migração sazonal no Vale do Jequitinhonha é um dos resultados das desigualdades sociais causadas principalmente pela expropriação e expulsão dos/as camponeses/as do campo, com incentivo e subsídio do Estado.

A realização desta pesquisa, além de proporcionar um conhecimento amplo sobre a temática, desperta o interesse em continuar pesquisando sobre a realidade da migração sazonal no Vale do Jequitinhonha, como forma de se somar à luta de várias instituições que buscam alternativas de garantir a dignidade de muitos/as trabalhadores/as migrantes da região e de tornar visíveis e acessíveis dados dessa realidade, que muitas vezes é desconhecida pela sociedade.

Vê-se a necessidade de dar continuidade às pesquisas sobre a migração. Com o levantamento de diversos estudos sobre migração no Vale do Jequitinhonha, busca-se subsidiar futuras pesquisas. Consideramos necessário que tais pesquisas sejam divulgadas junto aos/as estudantes das escolas situadas no Vale do Jequitinhonha, além de representarem um suporte às entidades que trabalham com os camponeses e camponesas da região. Conhecer é uma forma de intervir.

Por fim, reiteramos, por parte dos próprios pesquisadores que atuam com a temática da migração no Vale do Jequitinhonha, a intenção de conduzir pesquisas de campo em comunidades rurais, especialmente para analisar os impactos causados pela migração sazonal neste contexto de pandemia de Covid-19 e estudar sobre os tipos de violências “silenciadas e vivenciadas” pelas mulheres neste contexto de migração forçada.

Esperamos que esta contribuição seja oportuna a todos os sujeitos aqui mencionados e que o debate científico e político sobre as migrações no Vale do Jequitinhonha se aprofunde e crie condições para que a temática seja realmente conhecida, sobretudo por aqueles que vivenciam tais realidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Regis Rodrigues de. "**Tipos de migração**": Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/tipos-migracao.htm>. Acesso em 05 de abril de 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2002.



CASTRO, Rodrigo Dugulin de. **A migração sazonal do Vale do Jequitinhonha no século XIX: meios de vida, translocalidade e fluxos.** Dissertação (Magister Scientiae) - Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, na Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2014.

FISCHER, André Luiz et al. **Impactos sociais do PROÁLCOOL: um estudo sobre as relações, o processo e as condições de trabalho na agroindústria canavieira paulista.** 1992.

GEBARA, JOSÉ JORGE; BACCARIN, JOSÉ GIACOMO; BORBA, MARIA MADALENA Z. Fatores condicionantes e formas da migração sazonal: o caso da migração do Vale do Jequitinhonha (MG) para a região canavieira de Ribeirão Preto (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 26, n. 1, p. 39-51, 2019.

GRAZIANO, Eduardo; NETO, Francisco Graziano. As condições da reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 6, 1983.

MAIA, Cláudia de Jesus. " **Lugar" e" trecho"**: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. 2000. 193 f. Tese (pós – graduação em Extensão Rural) - UFV, Viçosa.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 23, p. 7-37, 1991.

MARTINS, José de Souza. O voo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para se plantar neste verão.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, p. 43-61.

MATTOS, Sônia Missagia. **Artefatos de gênero na arte do barro.** Vitória: Edufes, 2001.

MERA, Claudia Maria Prudêncio. O desenvolvimento agrícola e o processo migratório no Brasil. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 2, p. 445-462, 2016.

MESQUITA, Helena Angélica. Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 127-142, 2008.

PASTORAL DOS MIGRANTES/GUARIBA. **Dossiê: 2001-2003.** Rota da Mobilidade humana para o interior paulista.

RAMALHO, C. C. **Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência.** 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

REIS, Tainá. Trabalho e gênero: reflexões sobre o adoecimento no corte de cana. **RURIS-Centro de Estudos Rurais**, v. 11, n. 1, 2017, p. 83-112.

REIS, Tainá. **Ceifando a cana... Tecendo a vida.** Um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais. 2018. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós – Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018.

REPÓRTER BRASIL. **Caderno temático Migração: O Brasil em Movimento**, 2012. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/10.-caderno_migracao_baixa.pdf. Acesso em: 20/06/2021.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **População e meio ambiente: debates e desafios**, 2000.

SERVIÇO PASTORAL DO MIGRANTE. **Migrantes temporários – Peregrinos da resistência**, [1ª Edição]. São Paulo, 1991.



SERVILHA, Mateus de Moraes. As relações de trocas materiais e simbólicas no Mercado Municipal de Araçuaí MG. 2008. 166 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. As andorinhas nem cá, nem lá. Recursos visuais na pesquisa social. **Caderno CERU**, v. 9, n. 2, 1988.p. 29-44.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Destinos e trajetórias dos camponeses migrantes. **Anais**, p. 161-186, 2016.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; MELO, Beatriz Medeiros. Partir e ficar. Dois mundos unidos pelas trajetórias de migrantes. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 17, n. 33, p. 129-151, 2009.

SILVEIRA, Dirlane. **A vida das mulheres quilombolas e a migração sazonal do Médio Jequitinhonha, Minas Gerais**. 2012. 31 f. Monografia (pós – graduação em Gestão de políticas públicas) – Programa de Pós-graduação em Educação para a Diversidade - Universidade Federal de Ouro Preto. Araçuaí, 2012.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino; MOREIRA, Renata Couto. Vale do Jequitinhonha: Migrações Temporárias e superexploração da força de trabalho. Jequitinhonha Valley: temporary migrations and over-exploration of the workforce. **Trabalho & Educação**, v. 26, n. 3, p. 109-127, 2017.

ENDEREÇO DOS AUTORES

Gislene Alves Dias
E-mail: gisleneagri@gmail.com

Fabiano Rosa de Magalhães
E-mail: fabianormagalhaes@gmail.com